

Sumário

Capítulo I

TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	19
1. O trabalho objeto do direito do trabalho.....	19
2. Breve histórico do capitalismo liberal à justiça social	20
3. Breve histórico no Brasil	23
4. Conceito de direito do trabalho	23
5. Divisão do direito do trabalho.....	24
6. Princípios de direito do trabalho.....	25
6.1. Tríplice função dos princípios	26
6.2. Os princípios fundamentais de direito do trabalho	26
6.3. O princípio da proteção no direito individual	28
6.4. O princípio da promoção da melhoria da condição social do trabalhador no direito individual	29
6.5. O princípio da proteção no direito coletivo	30
6.6. O princípio da promoção da melhoria da condição social do trabalhador no direito coletivo	30
6.7. Os princípios fundamentais no plano da hermenêutica do direito do trabalho	31
6.8. O princípio da salvaguarda dos interesses de gestão	32
7. Fontes do direito do trabalho	33
7.1. Interação entre as fontes formais.....	39
7.2. Supressão de lacunas no direito do trabalho	40
8. Aplicação do direito do trabalho no espaço	41
9. Natureza jurídica do direito do trabalho.....	41

Capítulo II

RELAÇÃO DE EMPREGO	45
1. Relações de trabalho.....	45
2. Elementos essenciais da relação de emprego	47
2.1. Pessoaalidade	47
2.2. Onerosidade.....	48
2.3. Não eventualidade.....	49
2.4. Subordinação	50
2.4.1. Os poderes patronais	52
3. A exclusividade e a relação de emprego	54
4. Natureza jurídica da relação de emprego	55

Sumário

5. Sujeitos da relação de emprego: empregador	57
5. 1. A despersonalização (ou impessoalização) do empregador	59
6. Terceirização	60
7. Sujeitos da relação de emprego: empregado	62
8. Trabalhador avulso	65
9. Trabalhador autônomo	65
9.1. Trabalhador cooperado	69
10. Trabalho economicamente desinteressado.....	71
11. Trabalhador eventual	75
12. O teletrabalhador.....	76
13. Teoria geral da relação de emprego: reflexões e perspectivas	76
13.1. Vulnerabilidade negocial.....	83
13.2. Vulnerabilidade hierárquica.....	84
13.3. Vulnerabilidade econômica.....	86
13.4. Vulnerabilidade técnica.....	89
13.5. Vulnerabilidade social	93
13.6. Vulnerabilidade informacional.....	93
13.7. Reflexões finais	94

Capítulo III

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A RELAÇÃO DE EMPREGO 99

1. Noções gerais	99
2. A empresa laboral e o tensionamento latente aos direitos fundamentais dos trabalhadores	100
3. Direitos fundamentais na relação de emprego: formulações gerais	102
4. Limites e situações específicas	105

Capítulo IV

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO..... 113

1. Relação de emprego e contrato de trabalho.....	113
2. Características do contrato individual de trabalho	114
2.1. Contrato <i>intuitu personae</i>	114
2.2. Contrato comutativo, sinalagmático e oneroso.....	114
2.3. Contrato consensual	115
2.4. Contrato de trato sucessivo	115
2.5. Dirigismo contratual.....	115
2.6. Contrato realidade	116
2.7. Contrato relacional	116

3. Obrigações principais do contrato individual de trabalho	116
4. Obrigações acessórias do contrato individual de trabalho	117
4.1. Obrigações acessórias do empregador	118
4.2. Obrigações acessórias do empregado	118
5. Obrigações especiais ou complementares	119
6. Elementos essenciais do contrato individual de trabalho	120
6.1. Capacidade das partes	122
6.2. Forma e prova do contrato individual de trabalho	122
6.2.1. Formalidades relativas à constituição contratual	123
6.2.2. Formalidades relativas à execução contratual	124
6.2.3. Formalidades relativas à extinção do contrato	124
6.3. Objeto lícito	125
7. Elementos acidentais no contrato de trabalho	126
7.1. Contratação a prazo na CLT	127
7.2. Contrato de trabalho temporário	129
7.3. Contrato a prazo da Lei 9.601/98	131
7.4. Contrato de experiência	132
8. Descontinuidade na prestação de serviços	133
<i>Quadro comparativo dos contratos a prazo</i>	134

Capítulo V

DURAÇÃO DO TRABALHO	135
1. Fundamentos da limitação do tempo de trabalho	135
2. Manifestação da limitação do tempo de trabalho	135
3. Conceitos	135
4. Teorias sobre a contagem da duração de trabalho	136
5. Duração do trabalho ordinária no Brasil	136
6. Profissões com regulamentação especial	137
7. Jornada suplementar /extraordinária	137
7.1. Jornada (suplementar) extraordinária acordada ou bilateral	138
7.2. Jornada extraordinária por necessidades imperiosas	139
7.3. Ilícitude das horas extras	140
8. Jornada compensatória	140
9. Prorrogação da jornada em decorrência de interrupção do trabalho resultante de causas acidentais ou de força maior	143
10. Jornada a tempo parcial	144
11. Jornada noturna	144
12. Turnos ininterruptos de revezamento	146
13. Regime de sobreaviso	148
14. Jornada <i>in itinere</i>	149

Capítulo VI

INTERMITÊNCIAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: REPOUSOS E INTERVALOS	171
1. Considerações iniciais.....	171
2. Intermitências voluntárias.....	172
3. Intermitências compulsórias	172
4. Repouso semanal remunerado e feriados	176

Capítulo VII

DURAÇÃO DO TRABALHO: EXCEÇÕES AO REGIME LEGAL.....	183
---	------------

Capítulo VIII

FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS	187
1. Noções gerais	187
2. Natureza jurídica	187
3. Obrigações das partes no período de fruição das férias.....	188
4. Direito a férias	188
5. Duração das férias	190
6. Concessão	192
7. Remuneração do período de férias	193
8. Abono pecuniário de férias	194
9. Férias coletivas	194
10. Extinção do contrato de emprego.....	195
11. Convenção 132 OIT	196

Capítulo IX

SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. HIPÓTESES HÍBRIDAS DE DESCONTINUIDADES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	199
1. Considerações iniciais.....	199
2. Classificação das descontinuidades.....	200
3. Efeitos da suspensão, interrupção e hipóteses híbridas de descontinuidade	201
4. Diferenças entre extinção, suspensão, interrupção e hipóteses híbridas de descontinuidade contratual	201
5. Suspensão do contrato individual de emprego.....	202
6. Interrupção do contrato individual de emprego	206
7. Hipóteses híbridas (situações especiais)	210

Capítulo X

ALTERAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE EMPREGO	215
1. Considerações iniciais	215
2. Alteração contratual bilateral, por vontade individual das partes	216
3. O <i>jus variandi</i>	217
4. O <i>jus resistantiae</i> do empregado	220
5. Hipóteses especiais de alteração do contrato	220
5.1. Alteração do local de prestação de serviços	220
5.2. Alteração das funções realizadas pelo empregado.....	223
5.3. Alteração da data de pagamento do salário.....	226
5.4. Alteração no tempo de prestação de serviço.....	226

Capítulo XI

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	227
1. Considerações iniciais	227
2. Conceitos: Remuneração e salário	228
3. Características gerais da remuneração	229
4. Valor do salário	229
5. Modo de aferição do salário	231
6. Meios de pagamento do salário.....	232
6.1. Pagamento em dinheiro	232
6.1.1. Pagamento em cheque ou em depósito bancário	232
6.2. Pagamento em utilidades	233
6.2.1. Utilidades não salariais: o Vale Transporte, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e o Vale-cultura.....	236
7. Regras gerais de proteção ao salário	238
7.1. Regras de proteção do salário em face do empregador	238
7.1.1. Livre disposição do salário	238
7.1.2. Prova do pagamento do salário	240
7.1.3. Irredutibilidade salarial	241
7.1.4. Forma de realização do pagamento	242
7.1.5. Periodicidade do pagamento	242
7.1.6. Prazo para pagamento	242
7.1.7. Inalterabilidade	244
7.2. Proteção do salário em face dos credores do empregado	244
7.3. Proteção do salário em face dos credores do empregador.....	244
8. Formas especiais de salário, gorjeta e outras contraprestações ao trabalho	245
8.1. Gorjeta	245

8.2. Guelta.....	245
8.3. Comissões e percentagens.....	247
8.4. Adicionais	249
8.4.1. Adicional por serviço extraordinário	249
8.4.2. Adicional por serviço noturno	250
8.4.3. Adicional de transferência.....	251
8.4.4. Adicional de periculosidade	251
8.4.5. Adicional de insalubridade	252
8.5. Abonos	254
8.6. Diárias para viagem (excedentes de 50% do salário)	255
8.7. Gratificações e prêmios	255
8.7.1. Gratificação natalina (13º salário)	256
8.8. Luvas e bichos.....	258
8.9. Parcelas inominadas: critérios de verificação da natureza salarial.....	258
9. Percepções sem natureza remuneratória	260
9.1. Parcelas indenizatórias.....	260
9.2. Benefícios previdenciários	261
9.3. Parcelas decorrentes de invenção ou melhoria de utilidade (Lei 9.279/96, arts. 88 a 93)	261
9.4. Participação nos lucros	261
9.5. Multas.....	264
9.6. Direito de arena.....	264
9.7. <i>Stock options</i>	265
10. Equiparação salarial	265
10.1. Considerações iniciais	265
10.2. Requisitos para a equiparação salarial.....	265
10.3. Situações especiais.....	268

Capítulo XII

NORMAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO 271

1. Trabalho da mulher	271
1.1. Isonomia e proteções específicas	271
1.2. Jornada de trabalho	272
1.3. Medicina e segurança no trabalho feminino	273
1.4. Proteção à maternidade	273
2. Trabalho do adolescente	276
2.1. Considerações iniciais	276
2.2. A Formação do contrato de trabalho e a proteção do adolescente	277

2.3. Restrições ao trabalho do menor de 18 anos	278
2.4. Duração do trabalho	280
2.5. Remuneração	281
3. Contrato de aprendizagem	281
4. Trabalho rural	284
4.1. Caracterização do empregado rural	284
4.2. Tendência de ampliação do objeto de incidência	286
4.3. Definição de empregador rural	289
4.4. Especificidades do trabalho rural	290
4.4.1. Duração do trabalho	290
4.4.2. Remuneração	291
4.4.3. Extinção do contrato	291
4.4.4. Contrato de safra.	292
4.4.5. Precedentes normativos	292
5. Trabalho doméstico	293
5.1. Conceito de empregado doméstico	293
5.2. Direitos constitucionais cabíveis aos empregados domésticos	295
5.3. Direitos previstos na Lei Complementar 150/2015	296
5.3.1. Duração do trabalho	297
5.3.2. Remuneração	299
5.3.3. Contrato de trabalho doméstico a prazo determinado	299
5.3.4. Descontinuidades executivas	300
5.3.5. Extinção do contrato de trabalho doméstico	300
5.3.6. O “Simplex Doméstico”	301
5.3.7. Fiscalização administrativa do trabalho doméstico	302

Capítulo XIII

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	303
1. Noções gerais	303
2. Obrigações gerais	305
3. Fiscalização	306
4. Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho	306
5. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	307
6. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	309
7. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	309
8. Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	310
9. Edificações	310
10. Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais	311

11. Insalubridade.....	312
12. Periculosidade	313
13. Outras regras.....	314

Capítulo XIV

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO FGTS 317

1. Considerações iniciais	317
2. O FGTS após a Constituição Federal de 1988.....	318
3. Finalidade do sistema.....	319
4. Administração do Fundo	319
5. Recolhimento e fiscalização	320
6. Levantamento dos depósitos	320
7. Contribuições sociais do empregador	323

Capítulo XV

PROTEÇÃO AO TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO NO BRASIL 325

1. Considerações iniciais.....	325
1.1. Estabilidade no emprego.....	326
2. Hipóteses de aplicação da Estabilidade	328
2.1. Estabilidade decenal	328
2.2. Empregados públicos	329
2.3. Dirigente sindical.....	330
2.4. Representantes dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)	331
2.5. Representante dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS.....	332
2.6. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas	332
2.7. Representante dos trabalhadores nas Comissões de Conciliação Prévia (CCP).....	333
2.8. Hipóteses suspensivas e interruptivas do contrato de trabalho.....	333
2.9. Membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).....	333
2.10. Gestantes	334
2.11. Acidentados no trabalho	334
2.12. Aprendiz.....	335
2.13. Estabilidade eleitoral.....	336
2.14. Estabilidades criadas por outras fontes formais	336
2.15. Vedação de despedida discriminatória	337
3. Peculiaridades sobre a estabilidade	338
3.1. Aquisição da estabilidade durante o aviso prévio.....	339

3.2. Aquisição da estabilidade nos contratos a prazo determinado.....	339
4. Convenção 158 da OIT	339
5. Proteção ao mercado de trabalho	341
6. Programa de Proteção ao Emprego	342
<i>Regras gerais sobre estabilidade</i>	343

Capítulo XVI

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO345

1. Considerações iniciais	345
1.1. Dever de assistência.	346
1.2. Instrumento de quitação do contrato.	346
1.3. Observância dos prazos e pagamento das verbas rescisórias..	347
1.4. Verbas adquiridas, férias e 13º proporcionais	348
1.5. Aposentadoria do empregado	348
2. Aviso prévio.....	349
2.1. Comunicação da vontade resilitória	353
2.2. Projeção do tempo de serviço no contrato para todos os fins	354
2.3. Pagamento da remuneração respectiva	355
3. Modalidades de extinção contratual	356
3.1. Despedida arbitrária ou sem justa causa	356
3.2. Pedido de demissão	359
3.3. Morte do empregado.....	360
3.4. Despedida por justa causa	361
3.5. Rescisão indireta do contrato de trabalho.....	364
3.6. Término contratual por culpa recíproca	365
3.7. Término contratual por motivo de força maior	366
3.8. Término contratual por <i>factum principis</i>	367
3.9. Despedidas coletivas.....	368
4. Extinção dos contratos a prazo determinado	370
5. Distrato e programas de incentivo à demissão voluntária	374

Capítulo XVII

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO377

1. Princípios de direito coletivo do trabalho	377
1.1. Liberdade associativa (profissional e econômica)	377
1.2. Autodeterminação das vontades coletivas.....	384
1.3. Liberdade associativa e autodeterminação das vontades coletivas no Brasil	386
2. Conceito do direito coletivo do trabalho	387

2.1. Contextualização do direito das relações coletivas de trabalho	387
2.2. Fontes de direito das relações coletivas de trabalho	391
2.3. Sujeitos do direito das relações coletivas	394
2.4. Objeto do direito das relações coletivas de trabalho: negociação coletiva	398
2.5. Objeto do direito das relações coletivas de trabalho: composição dos conflitos coletivos de trabalho	398
3. Organização Sindical no Brasil	399
3.1. Enquadramento sindical: a noção de categoria	399
3.2. As entidades sindicais	404
3.3. Estrutura sindical brasileira	409
3.3.1. Colônias de pescadores e entidades sindicais especiais	410
4. Associação ao sindicato	411
5. Administração das entidades sindicais	412
6. Funções das entidades sindicais	415
7. Fontes de custeio das entidades sindicais	422
7.1. Contribuição sindical	422
7.2. Contribuição confederativa	424
7.3. Contribuição ou taxa assistencial	424
7.4. Mensalidades de associados	425
8. Garantias sindicais	425
9. Conflitos coletivos de trabalho	427
9.1. Mediação e conciliação	428
9.2. Arbitragem	429
9.3. Jurisdição (dissídio coletivo)	430
9.4. A negociação coletiva	434
9.4.1. A boa-fé na negociação coletiva	435
9.4.1.1. O dever anexo ou instrumental de negociar	441
9.4.1.2. O dever anexo ou instrumental de justificar os pleitos	442
9.4.1.3. O dever anexo ou instrumental de oportunidade, plausibilidade e legitimidade dos pleitos apresentados	443
9.4.1.4. O dever anexo ou instrumental de informar	444
9.4.1.5. O dever anexo ou instrumental de sigilo	445
10. Instrumentos normativos coletivos: convenções e acordos coletivos de trabalho	446
10.1. O princípio da boa-fé e a norma coletiva negociada	449
10.1.1. O dever anexo ou instrumental de publicização e esclarecimentos	450
10.1.2. O dever anexo ou instrumental de influência	451

10.1.3. O dever anexo ou instrumental de análise permanente.....	453
10.1.4. O dever anexo ou instrumental de observância e cumprimento.....	454
10.1.5. O dever anexo ou instrumental de paz	455
10.2. Classificação das cláusulas dos instrumentos normativos coletivos	459
10.3. Outras regras gerais	463
10.4. Interação de convenções e acordos coletivos com outras fontes jurídicas.....	467
10.4.1. Normas estatais e oriundas da autonomia coletiva privada	468
10.4.2. Normas oriundas do plano coletivo e estabelecidas no plano individual.....	469
10.4.3. Interação entre as normas oriundas do plano coletivo	471
11. A greve	473
11.1. A greve no serviço público	475

Capítulo XVIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO477

1. Noções gerais.....	477
2. A prescrição no direito do trabalho	479
2.1. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas do prazo prescricional.....	483
2.2. Interrupção da prescrição em grupos econômicos	487
2.3. Prescrição das férias.....	487
2.4. Prescrição do FGTS.....	488
2.5. Prescrição dos menores de 18 anos.	488
2.6. Prescrição no trabalho rural	490
3. Decadência no direito do trabalho.....	490

Capítulo XIX

GESTÃO EMPRESARIAL E SITUAÇÕES DE CRISE493

1. Considerações iniciais	493
2. A negociação coletiva	495
3. Regimes especiais de contratação	496
4. Alteração de jornada e redução de salário	497
5. Paralisação da prestação de serviços	499
6. Término contratual.....	500